

Área: Agronegócio | **Tema:** Sustentabilidade no Agronegócio

**REFLEXÕES ACERCA DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E A INSEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL NO BRASIL NO CONTEXTO PRÉ E PÓS PANDEMICO**

**REFLECTIONS ABOUT FOOD PRODUCTION AND FOOD AND NUTRITIONAL INSECURITY IN
BRAZIL IN THE PRE- AND POST-PANDEMIC CONTEXT**

Bruna Oliveira Ungaratti e Ethel Bastos Da Silva

RESUMO

O ato de comer está envolto de significados e determinantes únicos a cada indivíduo ou comunidade. A produção de alimentos também pode ser vista a partir de várias lentes. A agricultura sofre interferências políticas e econômicas constantes. O Brasil é a 12ª economia do mundo e está entre os principais produtores de grãos nos últimos anos. Contudo, em 2020, 33,1 milhões de brasileiros estavam em insegurança alimentar (IA) grave. Dados como este culminam na necessidade de implementação de sistemas alimentares mais justos e sustentáveis a curto e longo prazo.

Palavras-Chave: Produção de Alimentos; Insegurança Alimentar; Sist

ABSTRACT

A alimentação é um direito de todos e deve ser acessível econômica e fisicamente. Muito se discute sobre a relação entre a produção de alimentos e a fome, indicando que a presença de latifúndios resulta na insegurança alimentar da população. O modelo hegemônico de produção tem prejudicado a variedade de alimentos saudáveis disponíveis. A pandemia acentuou tais fenômenos e revelou que os modelos de produção de alimentos atualmente adotados são insustentáveis. As reflexões apontam para a importância de políticas públicas de investimento em sistemas alimentares mais sustentáveis.

Keywords: Food production; Food Insecurity; Sustainable Food

REFLEXÕES ACERCA DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E A INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL NO CONTEXTO PRÉ E PÓS PANDÊMICO

1 INTRODUÇÃO

O estudo da alimentação resulta em interlocuções com a antropologia, a sociologia, a cultura, a história, a economia e os sistemas de produção de alimentos. Para além da saciedade, o ato de comer está envolto de significados e determinantes únicos a cada indivíduo ou comunidade (YAMAGATA; SAUERBRONN, 2019). A produção de alimentos, também pode ser vista a partir de várias lentes. Sua análise requer uma imersão histórica, diante das transformações históricas, estruturais e semânticas as quais sofreu. A agricultura ganha hoje status de objeto de relações internacionais, sofrendo interferências políticas e econômicas constantes (COSTA; WIZNIEWKY, 2010).

O Brasil encerrou o ano de 2022 como a 12ª economia do mundo em valores correntes, estando no ranking mundial na produção agrícola e pecuária (IPEA, 2023). Nos últimos anos, figurou entre os principais produtores de grãos, cana-de-açúcar e carne bovina, exportando para mais de 200 mercados no mundo. Nas safras de 2020 e 2021 a produção nacional foi estimada em 252,3 milhões de toneladas, sendo reconhecido como “celeiro do mundo” (BRASIL, 2021).

Contudo, o II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar, realizado no contexto da pandemia de Covid-19, trouxe dados alarmantes acerca da fome no país. Deste estudo, emergiu o fatídico número de 33,1 milhões de brasileiros em insegurança alimentar (IA) grave. O contrassenso entre a produção crescente de alimentos e o aumento da fome movimentaram intensos debates sobre os sistemas alimentares em vigência no Brasil (REDE PENSSAN, 2022) Dados como este culminam na necessidade de implementação de sistemas alimentares mais justos e sustentáveis a curto e longo prazo (BRASIL, 2014).

O objetivo deste estudo é buscar refletir sobre as complexas relações entre a produção de alimentos e a (in)segurança alimentar no Brasil no contexto pré e pós-pandêmico.

2 METODOLOGIA

Trata-se de um ensaio teórico-reflexivo, originado de discussões paralelas do Programa de Pós-Graduação em Saúde e Ruralidade e do Programa de Pós-Graduação em Agronegócio da Universidade Federal de Santa Maria, campus Palmeira das Missões. Embora os cursos sejam vinculados a áreas diferentes do conhecimento (Administração e Enfermagem, respectivamente), suas abordagens e temáticas convergem de modo a fomentar, em ambientes compartilhados da Universidade, encontros e discussões multifacetadas entre mestrandos a respeito dos temas aqui abordados.

Para a construção do estudo, buscou-se apoio em literaturas clássicas e documentos oficiais, dos quais alguns dão suporte ao conteúdo programático dos cursos, independente de sua data de publicação, além da utilização de estudos complementares dos últimos 5 anos, de forma a trazer dados atualizados acerca do tema do estudo.

CONCEPÇÕES SOBRE A PRODUÇÃO NACIONAL DE ALIMENTOS E A SAN

A alimentação é um direito universal, assegurado pela Constituição Federal brasileira, sendo dever do Estado a manutenção das condições adequadas de alimentação da população. A Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) estabelece que a alimentação adequada e saudável (AAS) atende aos aspectos biológicos e socioculturais dos indivíduos, considerando as fases da vida, a harmonia de quantidade e qualidade, a cultura alimentar, as características

sociodemográficas, a acessibilidade física e financeira e, de modo transversal, que se baseia em práticas produtivas adequadas e sustentáveis (BRASIL, 2013).

A PNAN traz em suas diretrizes a importância de se garantir a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), a qual, segundo a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional,

consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

Identifica-se, portanto, que a sustentabilidade e o acesso ao alimento estão intrinsecamente ligados à garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e que estes conceitos são abordados nas políticas públicas norteadoras do campo da nutrição. A análise da alimentação no país recai, portanto, sobre o setor produtivo de alimentos, o qual pode ser um promotor ou uma barreira a este direito, a depender de sua conjuntura (TREMÉA; SCHAURICH; SILVA, 2020).

A complementaridade entre alimentação e produção de alimentos são tecidas desde a icônica pesquisa de Josué de Castro na década de 40, que gerou ebulições no cenário epidemiológico e político da época. A obra Geografia da Fome escancarou o que já estava latente na sociedade: quanto maior a extensão dos latifúndios, maiores eram os índices de desigualdade econômica e social que a rodeavam (CASTRO, 1984). Embora a primeira versão da publicação seja datada em 1946, Campello *et al.* (2023) sinaliza que esta realidade segue vigente no cenário atual, acrescida de agravantes do mundo contemporâneo.

Ao analisar a história rural brasileira, Costa e Wizniewsky (2010) apontam a predominância de propriedades latifundiárias de monoculturas voltadas à exportação, classificando-as como insustentáveis diante do seu característico imediatismo. Coexistem - e sobrevivem - a estas as unidades familiares que, embora disponham de menor extensão geográfica, apresentam uma maior diversidade produtiva e mantêm práticas mais adequadas do ponto de vista agroecológico.

Costa (2016) relata que a configuração atual tende a desabastecer o mercado interno e cita o exemplo da soja, da qual o Brasil é o segundo maior produtor mundial. A autora descreve que as *commodities* produzidas em larga escala têm como destino principal a exportação, sendo usadas na alimentação animal, na fabricação de alimentos ultraprocessados e na própria sementeira. Como consequência, há uma restrição severa na variedade de alimentos produzidos, limitando o acesso físico da população à AAS.

Em um primeiro nível, estão as consequências ambientais desse modelo, com a devastação de áreas verdes e as altíssimas pegadas hídrica e de carbono (GARZILLO *et al.*, 2021). Contudo, Costa (2016) discursa também sobre os impactos sociais gerados, já que o Brasil segue um modelo produtivo que privilegia o acúmulo de capital e a concentração de terras em poucas mãos. Segundo o mapeamento de Pinto *et al.* (2020), 10% das propriedades fundiárias brasileiras ocupam 73% da área agrícola do Brasil, enquanto os 90% restantes detêm somente 27% da área produtiva. A pesquisa de Troian e Machado (2020) sobre a evolução do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) revela uma persistente desigualdade nas distribuições de crédito entre as regiões do país, com grande concentração na Região Sul, priorizando produtores de *commodities* em regiões bem desenvolvidas. Como consequência, as desigualdades econômicas são reforçadas, comprometendo também o acesso financeiro de pequenos produtores aos alimentos.

As deliberações que tangem ao agronegócio no país são de caráter intersetorial, o que se justifica pelas suas extensas ramificações. No campo da saúde pública, Corrêa, Pignati e Pignatti (2019) afirmam que a transição nutricional, caracterizada pela diminuição significativa dos índices de desnutrição e aumento desenfreado do sobrepeso e da obesidade, está associada ao modelo de produção agrícola. Enquanto o consumo de água e de alimentos *in natura* ou

minimamente processados acresce os agravos relacionados ao uso ou contaminação por agrotóxicos, sua baixa disponibilidade favorece o consumo de alimentos ultraprocessados (AUP), os quais são responsáveis por diversos desfechos negativos de saúde.

Embora as escolhas alimentares sejam individuais, seu exercício está sujeito à produção de alimentos. Para Souza et al. (2020), a hegemonia dos sistemas alimentares resulta na predominante produção e oferta de AUP. Isto exige a reflexão sobre os ambientes alimentares nos quais vivemos, considerando que não é possível realizar boas escolhas alimentares quando não há oferta de alimentos saudáveis disponíveis e/ou estes são inacessíveis do ponto de vista econômico ou físico.

COVID-19 E SAN: COADUNANDO VELHOS E NOVOS PROBLEMAS

A Covid-19 gerou repercussões históricas e heterogêneas em cada território. Ainda que as condições insalubres de alimentação e nutrição no país já fossem conhecidas, a situação ganhou contornos ainda mais graves e ameaçadores em termos quantitativos e qualitativos, levando parte dos brasileiros à situação de fome ou, em muitos casos, tornando-a ainda mais severa (AHMED et al., 2020; REDE PENSSAN, 2022). O poder de compra reduzido concomitante ao aumento de preços expôs a população em maior vulnerabilidade socioeconômica à IA. As iniciativas governamentais para o enfrentamento da fome durante a pandemia não foram suficientes para atender às demandas da população. Assim, pessoas em vulnerabilidade passaram a depender de ações solidárias da sociedade civil, que atuou principalmente na distribuição de alimentos. (LÖSCH; BRICARELLO; GAIA, 2022).

Em contrapartida, o acesso a alimentos saudáveis foi geograficamente determinado nesse período, sendo melhor nas regiões Sul e Sudeste, enquanto o consumo de AUP teve um aumento no Norte e Nordeste. Observa-se que a IA predispõem os indivíduos ao consumo de AUP, principalmente pela sua durabilidade, baixo custo e alta disponibilidade, reduzindo a qualidade da alimentação, limitando as escolhas e trazendo riscos à saúde da população (SOUZA et al., 2020).

A Covid-19 deflagrou a relação da IA no país com determinantes sociodemográficos. Pesquisas mostram que pouco mais de 40% da população relatava SAN, enquanto 28% estava em IA leve, 30,7% referiam insuficiência alimentar e 15% conviviam com a fome. Contudo, a fome tem cor, endereço, idade e sexo bem definidos: mulheres, pretos, residentes do meio rural, das regiões Norte e Nordeste e menores de 10 anos foram os que mais afetados pela crise sanitária e econômica e pela consequente IA. Novidades à parte, a pesquisa reitera a determinação de fatores sociais na vulnerabilidade, visto que a população mais prejudicada pela pandemia apresenta desvantagens sociais históricas (REDE PENSSAN, 2022).

Entende-se que a pandemia trouxe consequências devastadoras para a alimentação no Brasil. Todavia, este não é um problema decorrente apenas da pandemia. Trata-se do agravamento de condições previamente instaladas e que se tornaram ainda mais prevalentes nos anos recentes, conformadas em agravos nutricionais coexistentes que, segundo Alves e Jaime (2014) têm em comum a origem da IA. A fome, que bate à porta de grande parcela da população, intensifica a urgência de transformações nas formas de produzir e distribuir alimentos.

Iniciativas locais como a descrita por Lösch, Bricarello e Gaia (2022) visam minimizar os impactos sociais dos novos velhos problemas, demonstrando que a Agricultura Familiar (AF) e a Agroecologia são caminhos para a promoção da AAS de forma mais justa, sustentável e igualitária. Contudo, retoma-se o papel do Estado enquanto provedor das condições de vida mínimas à toda a população através do investimento em políticas públicas robustas e universais. As iniciativas governamentais de equidade social, como os programas de transferência de renda e de distribuição de alimentos, conciliadas ao incentivo da AF, são alternativas possíveis para um futuro próximo a serem consideradas e fortalecidas (SOUZA et al., 2020).

Souza *et al.* (2020) mencionam o fortalecimento de políticas contínuas como o Programa de Aquisição de Alimentos e da destinação de 30% das aquisições do Programa Nacional de Alimentação Escolar de produtos da AF podem dirimir os impactos pós-pandemia referente às condições socioeconômicas de pequenos agricultores, ao passo que amplia o acesso à AAS por parte de populações em vulnerabilidade.

3 CONCLUSÃO

O cenário da alimentação no Brasil é marcado por iniquidades que expõem parte importante da população à vulnerabilidade e a IA, revelando a complexa relação entre os sistemas de produção de alimentos e o acesso à AAS. A Covid-19 comprometeu ainda mais o DHAA e ampliou as desigualdades pré-existentes, principalmente em segmentos sociais e regionais já desfavorecidos historicamente. A atual situação aponta para a urgência na reorganização intersetorial referente à produção e distribuição de alimentos, com vistas a oferecer melhores condições de renda e de acesso dos indivíduos a alimentos mais saudáveis. O alcance da equidade requer um profundo investimento por parte do governo em políticas públicas relacionadas a todas as etapas da cadeia de alimentos, o que envolve a reestruturação do modelo de produção agrícola, com o propósito de buscar formas de produção mais justas e sustentáveis.

REFERÊNCIAS

AHMED, F. et al. Why inequality could spread COVID-19. **The Lancet Public Health**, v. 5, n. 5, p. 240, 2020;

ALVES, K. P de S.; JAIME, P. C. A Política Nacional de alimentação e Nutrição e seu diálogo com a Política Nacional de Segurança alimentar e Nutricional. **Ciênc. Saúde Coletiva**, v. 19, n. 11, nov. 2014;

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.346, de 15 de Setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 2006;

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed., 1. reimpr. Brasília : Ministério da Saúde, 2014;

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. 1. ed., 1. reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2013;

BRASIL. Produção de grãos na safra 2020/21 deve chegar a 252,3 milhões de toneladas. Brasília: Ministério da Agricultura e Pecuária, 2021;

CAMPELLO, T. et al. **Geografia da fome - 75 anos depois**: novos e velhos dilemas. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP, 2023;

CASTRO, J. **Geografia da Fome**: o dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984;

CORRÊA, M. L. M.; PIGNATI, W. A.; PIGNATTI, M. G. Segurança Alimentar, produção de alimentos e saúde: um olhar para os territórios agrícolas de Mato Grosso. **ACENO**, v. 6, n. 11, jan./jul. 2019;

COSTA, S. M. G. da. Agronegócio, produção de alimentos e segurança alimentar na América Latina. **R. Pol. Públ.**, São Luís, n. esp., p. 149-156, nov. 2016;

COSTA, A. J. V. da; WIZNIEWSKY, J. G. História ambiental agrária: uma reflexão dialética sobre o espaço rural brasileiro. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 30, n. 1, p. 35–49, 2010;

GARZILLO, J. M. F. et al. Pegada de carbono da dieta no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 55, n. 90, p. 1-10, fev. 2021;

IPEA. **Carta de conjuntura: Desempenho do PIB no quarto trimestre de 2022**. Brasília: IPEA, 2023

LÖSCH, E. L.; BRICARELLO, P. A.; GAIA, M. C. de M. Agroecologia e segurança alimentar em tempos de pandemia de Covid-19. **Rev. Katálysis**, v. 25, n. 3, set./dez. 2022;

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR – PENSSAN. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil: II VIGISAN: relatório final**. São Paulo: Rede PENSSAN, 2022;

SOUZA, B. F. do N. J. et al. (In)segurança alimentar no Brasil no pré e pós pandemia da COVID-19: reflexões e perspectivas. **InterAmerican Journal of Medicine and Health**, [S. l.], v. 4, 2021;

TREMÉA, E.; SCHAURICH, A. C. S.; SILVA, E. K. S. O Direito Humano à Alimentação Adequada e à Segurança Alimentar e Nutricional no contexto das políticas alimentares brasileiras. **Revista Quero Saber**, Toledo, v.1, n.2, 2020;

TROIAN, A.; MACHADO, E. T. L. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no Brasil: análise da evolução e distribuição entre 1999 e 2017. **Desenvolvimento em Questão**, [S. l.], v. 18, n. 50, p. 109–128, 2020;

YAMAGATA, F. C.; SAUERBRONN, J. F. R. Alimento e comida: reflexões sobre história do alimento, consumo e significados. **Diálogo com a Economia Criativa**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 10, p. 07-19, jan./abr. 2019.